

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2013.

**Requer a realização de
Audiência Pública
destinada ao debate sobre
regulamentação de profissões.**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública destinada a ouvir o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, o Conselho Nacional de Educação e o Fórum dos Conselhos Federais Fiscalizadores de Profissões Regulamentadas sobre a demanda de regulamentação de profissões e prolífera tramitação de matérias nesse sentido na Câmara dos Deputados.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, inúmeros projetos de leis que regulamentam profissões tramitam na Câmara dos Deputados. Alguns são inéditos, porém sempre resultam em polêmica e contestação.

Algumas profissões são criadas com cargas reduzidas a partir de especialidades de profissões regulamentadas com formação plena; enquanto outras são criadas com as mesmas atribuições e competências exercidas por profissões já regulamentadas.

Alguns cursos de Ensino Superior são autorizados pelo Conselho Nacional de Educação e iniciados, após a graduação de algumas turmas surge a luta pela regulamentação profissional.

A criação de cursos superiores é justificada pela demanda do mercado, porém normalmente o que ocorre é a criação de curso com carga horária e conteúdo reduzidos, quando já existe no mercado oferta de profissionais com formação ampla que exercem essas atividades e competências.

Por outro lado, existem atividades que requerem regulamentação em decorrência do risco que representam para os agentes executores, bem como para os usuários e para a sociedade. Nesses casos, cumpre ao Estado proteger a sociedade contra o exercício ilegal ou negligente da profissão.

Outra importante vertente é a regulamentação profissional de caráter social ou público, que exige formação educacional específica e cujas atividades necessitam de regulamentação a fim de que o Estado possa prestar o devido atendimento à população.

Diante do exposto, conclamo aos Nobres Pares da Comissão a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões, de novembro de 2013.

Deputado IZALCI
PSDB/DF